

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

Objeto: Registro de Preços para a Contratação de serviços de internação em clínica especializada para tratamento de álcool e drogas (involuntária, compulsória administrativa e por ordem judicial), para adultos e idosos (sem nenhuma limitação de idade) de ambos os sexos, que necessitam de tratamento de dependência química e ou com transtornos mentais relacionados, usuários da rede pública de saúde do Município.

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA AOS TERMOS DO EDITAL

De posse das impugnação apresentada pela empresa **RENOVARE CENTRO DE SERVIÇOS TERAPÊUTICOS LTDA - EPP**, procedeu-se à análise das razões arguidas pela mesma, entendendo o Pregoeiro, a princípio, ser necessária a remessa dos autos para o setor requisitante, tendo em vista que as matérias apontadas na impugnação referem-se às questões plenamente técnicas, que fogem à área de sua atuação, para que o mesmo se manifestasse, no sentido de esclarecer a necessidade ou não de adequações ao Edital, levando em conta os pontos abordados pela impugnante.

Em resposta, a **Secretaria Municipal de Saúde**, setor requisitante, enviou ofício, o qual que faz parte integrante do presente processo licitatório e assim se manifestou:

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pregão Eletrônico nº 22/2025 – Processo Administrativo nº 41/2025
Objeto: Contratação de serviços de internação para tratamento de dependência química e transtornos mentais

A Secretaria Municipal de Saúde, vem apresentar resposta à impugnação interposta pela empresa **Renovare Centro de Serviços Terapêuticos Ltda.**, nos termos do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

I. Da Síntese da Impugnação

A empresa impugnante pleiteia, entre outros pontos:

1. Separação dos lotes entre pacientes adultos e idosos;
2. Exigência de que o responsável técnico (RT) seja médico psiquiatra com vínculo formal;
3. Exigência de CNAE e alvarás específicos para internação psiquiátrica;
4. Apresentação de protocolo de internação involuntária conforme Lei nº 13.840/2019.

II. Da Análise Técnica

1. Da exigência de que o responsável técnico médico seja especialista em psiquiatria Objeto da Licitação e Da exigência da comprovação de que a licitante possui alvarás sanitários e CNAE compatíveis com a atividade de internação

Contratação de serviços de internação em clínica especializada para tratamento de álcool e drogas (involuntária, compulsória administrativa e por ordem judicial), para adultos e idosos de ambos os sexos, que necessitam de tratamento de dependência química e ou com transtornos mentais relacionados, usuários da rede pública de saúde do Município.

Portanto, embora se reconheça a importância da qualificação técnica das instituições, **não é juridicamente exigível** que o responsável técnico seja, necessariamente, **médico com especialização em psiquiatria**, desde que a clínica esteja **regularmente autorizada, conforme os requisitos de certificação constantes no Termo de Referência**.

A Resolução CFM nº 2.056/2013: *Disciplina os departamentos de Fiscalização nos Conselhos Regionais de Medicina, estabelece critérios para a autorização de funcionamento dos serviços médicos de quaisquer naturezas, bem como estabelece critérios mínimos para seu funcionamento, vedando o funcionamento daqueles que não estejam de acordo com os mesmos. Trata também dos roteiros de anamnese a serem adotados em todo o Brasil, inclusive nos estabelecimentos de ensino médico, bem como os roteiros para perícias médicas e a organização do prontuário de pacientes assistidos em ambientes de trabalho dos médicos.*

Portanto, se o órgão fiscalizador emitiu um certificado autorizando os serviços, logo, entende-se que a referida clínica está em conformidade com a Resolução CFM nº 2.056/2013, podendo assim participar do certame.

O mesmo se aplica à RDC ANVISA nº 50/2002, se foi certificada pela Vigilância Sanitária, através do alvará de funcionamento se entende que atende as normas da ANVISA. Requisito de alvará Sanitário que é solicitado no presente edital.

Importante salientar que o objeto da contratação é para aquisição de serviços de internação de usuários de álcool e droga e não para internação psiquiátrica em hospital para esse fim, ficando a empresa desobrigada de ter um responsável técnico especialista em psiquiatria registrado no CREMESP.

Decisão: Não se acolhe a exigência de que o responsável técnico seja psiquiatra, desde que a clínica comprove regularidade legal e sanitária para funcionamento como unidade de reabilitação para dependência química.

2. Da Separação de Lotes entre Adultos e Idosos

A Administração entende que, embora existam particularidades clínicas entre os perfis etários, a escolha por **lote único foi motivada tecnicamente** visando à otimização contratual e à ampla concorrência. Eventuais necessidades específicas para idosos serão objeto de avaliação e exigência durante a execução contratual, por meio da fiscalização e protocolos assistenciais.

Decisão: Não se acolhe o pedido de fracionamento em lotes, mantendo o critério de unificação por vantajosidade e viabilidade técnica.

3. Do Protocolo Técnico de Internação Involuntária

A Administração reconhece a importância da formalização dos procedimentos legais em casos de internação involuntária. Assim, será incluída **exigência de apresentação de protocolo compatível com o art. 4º, §1º da Lei nº 13.840/2019**, incluindo o fluxo de comunicação obrigatória ao Ministério Público no prazo legal.

Decisão: Acolhe-se a impugnação nesse ponto, com ajuste no edital.

III. Conclusão

Diante do exposto:

- **Não se acolhe** a exigência de que o responsável técnico seja médico psiquiatra e a exigência da comprovação de que a licitante possui alvarás sanitários e CNAE compatíveis com a atividade de internação;
 - **Não se acolhe** a separação em lotes entre adultos e idosos;
 - **Acolhe-se** a impugnação quanto à exigência de protocolo de internação involuntária;
- Desta forma, informamos que o edital será **mantido com adequações pontuais**, acatando parcialmente a impugnação, nos termos da decisão acima, resguardando-se os princípios da legalidade, isonomia, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Diante do exposto, solicito prosseguimento do certame nos termos legais.

Em face do exposto, o Pregoeiro, com o devido amparo no ofício/resposta à diligência realizada, encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, setor requisitante, **DECIDIU**, pelo **deferimento parcial** da impugnação apresentada pela empresa **RENOVARE CENTRO DE SERVIÇOS TERAPÊUTICOS LTDA - EPP**, procedendo-se à devida adequação no Edital, nos termos apontados na manifestação acima exposta, sendo tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie.

Proferida a presente decisão e nada mais tendo a ser analisado e julgado pelo Pregoeiro, o mesmo ordenou a publicação na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial do município: www.bebedouro.sp.gov.br do competente extrato de julgamento e sua disponibilização na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET (www.novobbmnet.com.br), bem como, ordenou, a expedição das respectivas notificações via correios eletrônicos “e-mails”, à empresa requerente e às demais empresas que porventura tenham retirado o edital em referência comunicando a presente decisão, ordenando ainda, a posterior publicação do **Edital nº 24/2025 Rerratificado** da Licitação, conforme disposto no § 1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133/21, no qual determina que: *“Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas”*.

A seguir, o Pregoeiro, deu por encerrada a presente sessão, do que, para constar, foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, segue devidamente assinada. Eu, **Paulo Eduardo Martins**, Pregoeiro, a digitei. Bebedouro, vinte e cinco de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

Paulo Eduardo Martins
Pregoeiro

Consoante aos termos da decisão proferida, que adoto como fundamento, no uso de minhas atribuições legais, **RATIFICO** a r. decisão, em atendimento aos princípios licitatórios e constitucionais. Bebedouro, vinte e cinco de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

Lucas Gibin Seren
Prefeito Municipal